

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O GEOPROCESSAMENTO COMO FERRAMENTA NO AUXÍLIO DO DIAGNÓSTICO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA.

BOLSA FAMÍLIA PROGRAM AND SOCIO-SPATIAL SEGREGATION: GEOPROCESSING AS A SUPPORTING TOOL FOR DIAGNOSING SOCIOECONOMIC VULNERABLE AREAS.

Natália de Cássia ONUZIK¹; Ricardo TAVARES²; Cláudia Aparecida Marliére de LIMA³.

¹Nutricionista, Mestre em Saúde e Nutrição pela Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.

²Professor do Departamento de Estatística do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas da Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.

³Professora do Departamento de Nutrição Clínica e Social da Escola de Nutrição e Reitora da Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.

Autor responsável: Endereço: *E-mail*: natalia.nutricaoufop@gmail.com

RESUMO

Desde a década de 1990, o Brasil passa por transformações nas políticas públicas sociais e o Programa Bolsa Família (PBF) é considerado referência dos Programas de Transferência de Renda (PTR) no país. Porém, não há registros na literatura de uma análise do programa sob a óptica da segregação socioespacial, característica marcante nos países do Terceiro Mundo e associada à insuficiência de renda. Com o auxílio do geoprocessamento de dados e da técnica de análise de correspondência, este estudo avaliou a distribuição espacial das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família em relação à renda média da população em um município do Estado de Minas Gerais, Brasil. Os resultados mostram um quadro de segregação socioespacial retratado pela maior concentração da população beneficiária em regiões periféricas e de menor renda, o que confirma o comportamento excludente, alicerçado na periferização da pobreza, do processo de urbanização no Brasil e reforçam a necessidade da conjugação de políticas públicas, sobretudo municipais, ao PBF.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, segregação

socioespacial, geoprocessamento.

ABSTRACT

Since the 1990s, Brazil has undergone changes in social public policies and Bolsa Família (Family Grant) is considered a model income-transfer programme in the country. However, there are no records of an analysis of the programme from the perspective of socio-spatial segregation, a characteristic feature in Third World countries that is associated to income insufficiency. With the help of data geoprocessing and the correspondence analysis technique, this study evaluated the spatial distribution of Bolsa Família beneficiary families in relation to the average income of the population in a municipality of the state of Minas Gerais, Brazil.

The findings showed a socio-spatial segregation picture portrayed by a greater concentration of the beneficiary population in peripheral and lower income regions, which confirms the exclusionary behaviour- based on the peripheralisation of poverty - of the urbanisation process in Brazil and reinforces the need for integrating public policies with Bolsa Família, especially at

municipality level.

Keywords: *Bolsa Família* Programme, socio-spatial segregation, geoprocessing.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade social pode ser considerada um traço preexistente desde a determinação da propriedade de terras. Anterior ao período da servidão, passando pela escravidão e atualmente pela posição no mercado de trabalho, a história da humanidade é fortemente marcada pelas desigualdades (POMPEU, 2011). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) enxerga a pobreza não somente como insuficiência de renda, mas também pelo enfoque nas necessidades básicas, ou seja, considera pobres aqueles que não conseguem satisfazer necessidades essenciais como educação, saúde, nutrição, saneamento, habitação, lazer, etc (PNUD, 2016). A pobreza pode ser vista também como fruto das relações sociais, estruturada e enraizada no cotidiano, arrastada, negligenciada, banalizada e naturalizada por séculos (SANTOS, MOTA e SILVA 2013; REGO e PINZANI, 2014).

Por muito tempo no Brasil, os mecanismos de proteção social tiveram um caráter assistencialista, cenário que ganhou novos contornos com a democratização do país a partir da Constituição Brasileira da República de 1988 (POMPEU, 2011; PAES-SOUZA e VAITSMAN, 2014). Desta forma, o pensamento em torno da criação de políticas públicas voltadas ao combate da pobreza começou, então, a ser delineado apenas na década de 1990, com a criação dos Programas de Transferência de Renda – PTR (POMPEU, 2011; ROCHA, 2011; PAES-SOUZA e VAITSMAN, 2014).

Em 2004, entrou em vigor o Programa Bolsa Família (PBF), oriundo do Programa Fome Zero, previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004a; 2004b). Pautado na lógica das condicionalidades, é considerado o maior estratégia brasileiro de combate ao ciclo vicioso da pobreza, pois é focalizado nas famílias

consideradas extremamente pobres, conforme as linhas de pobreza¹ adotadas pelo PBF e pelo Plano Brasil sem Miséria (BRASIL, 2016).

Com a adoção do Plano Brasil Carinhoso em 2012, garantiu-se a toda família, coberta pelo PBF, superar o estágio de renda de extrema pobreza por meio do *benefício variável de superação da pobreza*, calculado conforme sua gravidade e pago às famílias que, apesar de beneficiárias, ainda permaneciam abaixo da linha da pobreza. Deste modo, 36 milhões de brasileiros foram retirados da situação de marginalidade socioeconômica, o Brasil foi excluído do mapa mundial da fome e foi alcançada a Meta do Milênio de redução da extrema pobreza no país em 2015 (ONU, 2015; BRASIL, 2016).

Em estudos sobre a temática da pobreza o espaço geográfico vem desempenhando um importante papel. As técnicas de geoprocessamento disponíveis atualmente, tais como a distribuição espacial de populações e eventos, tornaram-se interessantes ferramentas de gestão (INFANTOSI, COSTA e ALMEIDA, 2014), uma vez que o território exprime os diversos fatores ligados às condições de vida das populações e fornece informações relevantes para a elaboração de ações de intervenção (CARVALHO e SANTOS, 2005).

Considerando que o processo de urbanização dominante afasta para a periferia a população de baixa renda e contribui para o aumento do número de ocupações irregulares do solo e para o processo de favelização, bem como o problema da segregação socioespacial como característica dos países do Terceiro Mundo e prevalente em grande parte dos que compõem a América Latina, entre eles o Brasil (CUNHA, 2011), o conhecimento dos aspectos socioespaciais das áreas nas quais se encontram os grupos populacionais marginalizados pode representar um caminho para ampliar o debate em torno da equidade e combate à pobreza, visto que o processo de inclusão social está diretamente associado ao alcance às políticas públicas (VÉRAS, 2010).

2. MATERIAL E MÉTODOS

corresponde a quatro vezes o valor da linha da pobreza.

¹Linhas da pobreza extrema e pobreza do PBF, segundo estratos definidos a partir da renda domiciliar per capita: extrema pobreza (famílias com renda inferior a R\$ 85,00), pobreza (famílias com renda entre R\$ 85,01 e R\$ 177,00). A linha de vulnerabilidade

Estudo ecológico, censitário, quantitativo, com base em dados secundários do Sistema de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal Brasileiro (CadÚnico), referentes a todas as famílias beneficiárias pelo PBF no município alvo da pesquisa, cadastradas do ano de 2006 até o mês de dezembro de 2014, num total de 2.910 famílias.

O município estudado, Ouro Preto, possui uma área de 1.245 km², população de 69.598 habitantes e está a 96 km da capital, Belo Horizonte. Sua população nativa é descendente de escravos em decorrência da exploração do ouro pelos portugueses desde o período colonial até a abolição (RANGEL, 2005; IBGE, 2010). De acordo com os resultados do Censo Demográfico de 2010, o mapa da pobreza e desigualdade dos municípios brasileiros revela que a incidência da pobreza no local é de 28,54%, com Índice de Gini de 0,43 e taxa de analfabetismo da população maior de 15 anos igual a 5%. A maior parte da população pertence ao sexo feminino (51,2%), sendo a mulher a única responsável pelo sustento em 71,8% dos domicílios. O valor do rendimento médio mensal per capita para os domicílios, conforme o último Censo Demográfico, era de R\$ 882,17 (oitocentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos) (IBGE, 2010).

Os endereços das residências das famílias pertencentes ao estudo foram georreferenciados pontualmente por meio de aparelho de Global Positioning System (GPS), as coordenadas geográficas (latitude e longitude) coletadas no Sistema Universal Transversal de Mercator (UTM) e utilizado o Sistema Geodésico de Referência (SGR) SIRGAS2000 - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (IBGE, 2005). A partir das coordenadas, foram criados mapas temáticos na escala operacional de 1:250.000, divididos na unidade de setor censitário, sendo 131 setores ao todo (IBGE, 2000).

Com a finalidade de melhor detalhar os extremos da distribuição das variáveis, empregou-se na construção dos mapas a separatriz percentil (BUSSAB e MORETTIN, 2013). Para isso, foram construídos os cinco seguintes níveis: Mín |---- P10 (menor que P10), P10 |---- P30 (igual ou maior que P10 e menor que P30), P30 |---- P70 (igual ou maior que P30 e menor que P70), P70 |---- P90 (igual ou maior que P70 e menor que P90) e P90 |-

--- Máx (igual ou maior que P90). A legenda “Sem informação” corresponde aos setores censitários sem beneficiários do PBF.

Um mapa de sobreposição foi criado, a partir dos mapas temáticos referentes ao “número de famílias beneficiárias pelo PBF” e à “renda média da população do município”, esta expressa pelo valor do rendimento médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares, com e sem rendimento, com o objetivo de descobrir se a maior concentração de beneficiários do PBF encontra-se nos setores censitários de menor renda média (IBGE, 2010). Para tal, criou-se a legenda: “PBF=IBGE” (corresponde aos setores censitários onde a faixa do número de famílias beneficiárias pelo PBF coincide com a faixa de renda do IBGE), “PBF>IBGE” (corresponde aos setores censitários cuja faixa do número de famílias beneficiárias pelo PBF é maior que a faixa de renda média do IBGE), e “PBF<IBGE” (corresponde aos setores censitários cuja faixa do número de famílias beneficiárias pelo PBF é menor que a faixa de renda média do IBGE), conforme ilustrado no Quadro I.

Quadro I – Faixas dos níveis do número de famílias beneficiárias pelo PBF e níveis de renda média, segundo o IBGE.

PBF \ IBGE	Mín - P10	P10 - P30	P30 - P70	P70 - P90	P90 - Máx
Mín - P10	=	>	>	>	>
P10 - P30	<	=	>	>	>
P30 - P70	<	<	=	>	>
P70 - P90	<	<	<	=	>
P90 - Máx	<	<	<	<	<

=: PBF=IBGE; <: PBF<IBGE; >: PBF>IBGE. Fontes: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) – Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família, Ouro Preto, MG, 2014.

Para verificar a associação entre os níveis do número de beneficiários pelo PBF e os níveis de renda média da população, de acordo com o IBGE por setor censitário, empregou-se a metodologia de Análise de Correspondência – AC (INFANTOSI, COSTA e ALMEIDA, 2014).

O processamento de todos os dados foi efetuado pelo pacote estatístico R Core Team (*Language and Environment for Statistical Computing*), versão 3.12 (2014).

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número: 42521015.9.0000.5150.

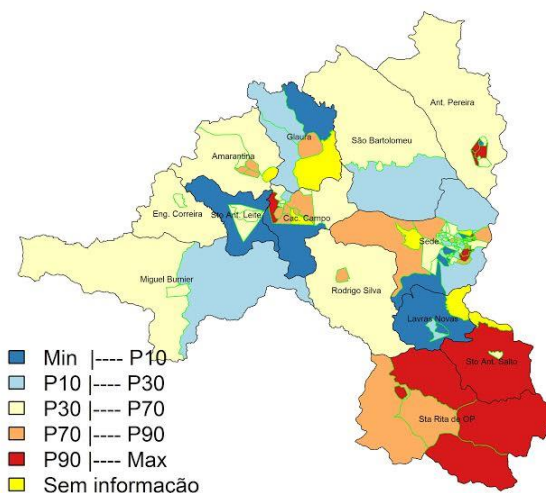
3. RESULTADOS

De acordo com a Figura 1, os setores censitários que se encontram no nível 1 (mínimo ao P10) correspondem aos 10% dos setores com menor número de famílias beneficiárias e no nível 5 (P90 ao máximo) estão os 10% dos setores com maior número de famílias. Os demais correspondem aos setores com números intermediários de beneficiários. Em números, 10% dos setores censitários (P10-Mín) do município têm até 4,1 famílias beneficiárias, 20% (entre P10 e P30) têm de 4,1 até 12 famílias, 40% (entre P30 e P70) têm de 12 até 27 famílias, e 20% (entre P70 e P90) têm de 27 até 53,9 famílias, e 10% (P90-Máx) acima de 53,9 famílias beneficiárias. As linhas na cor verde nos mapas representam as divisões por setores censitários.

Em relação aos setores censitários com maior número de famílias beneficiárias, pode-se observar uma distribuição periférica desses setores, tanto na zona urbana (sede), como na rural. Sobre esta última, há maior concentração de beneficiários nas regiões de Cachoeira do Campo, Antônio Pereira, Santo Antônio do Salto e Santa Rita de Ouro Preto.

Figura 1- Mapa temático do número de famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família, por setor censitário, Ouro Preto.

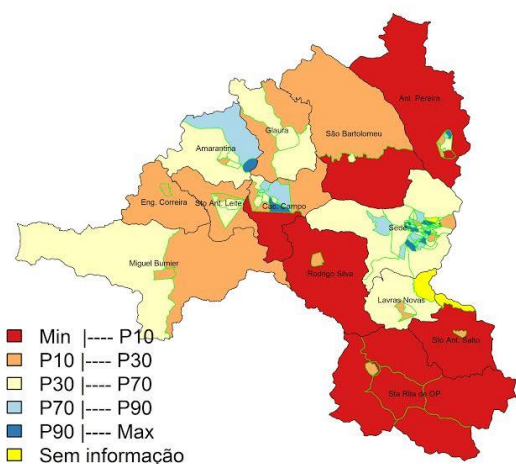
Na figura 2, os setores censitários



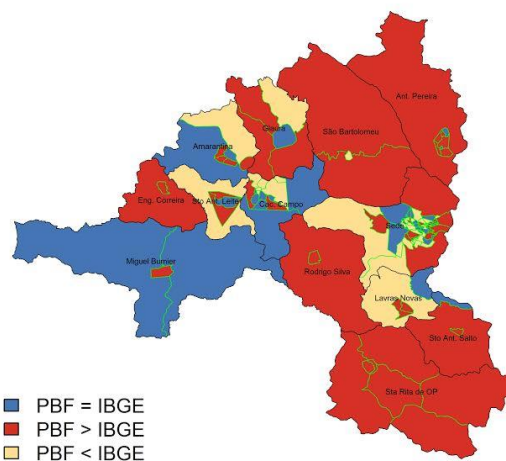
representados pelo nível 1 (mínimo - P10) correspondem aos 10% dos setores de menor renda média, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os que se encontram no nível 5 (entre o P90 e o máximo) aos 10% dos setores com maior renda média no município. Os demais correspondem aos setores com valores de renda média intermediários. Em reais, tem-se que 10% dos setores censitários do município possuem renda média até R\$ 632,00 (P10), 20% (P10 – P30) entre R\$ 632,00 e R\$ 809,08, 40% (P30 – P70) entre R\$ 809,08 e R\$ 1234,09, 20% (P70 – P90) entre R\$ 1234,09 e R\$ 2088,91, e 10% (P90-Máx) acima de R\$ 2088,91.

Os setores censitários com menor renda média encontram-se, em sua maioria, na zona rural do município nos distritos de Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Salto, Rodrigo Silva, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo e São Bartolomeu. Na zona urbana destacam-se os setores com níveis mais elevados de renda, englobando apenas dois setores censitários de localização periférica, representados pelo P10.

Figura 2 – Mapa temático da renda média da população de acordo com o IBGE, por setor censitário, Ouro Preto.



população, de acordo com IBGE, por setor censitário, Ouro Preto.



3.1 Análise de Correspondência entre os níveis do número de beneficiários pelo PBF e os níveis de renda média da população, segundo o IBGE, por setor censitário no município, 2014.

As Tabelas de contingência 1 e 2 informam os perfis linha (níveis do número de beneficiários do PBF: nbPBF,1; nbPBF,2; nbPBF,3; nbPBF,4; nbPBF,5) e coluna (níveis da renda média segundo o IBGE: IBGE,1; IBGE,2; IBGE,3; IBGE,4; IBGE,5), respectivamente. As Tabelas 1 e 2 têm seus níveis majoritariamente representados pela dimensão 1 (em negrito), com exceção dos níveis “nbPBF,3” e “IBGE,3”, melhor interpretados pela dimensão 2 (em negrito). A Figura 4 apresenta o mapa de correspondência entre os dois perfis.

Na Figura 3, “PBF=IBGE” revela que em determinados setores censitários considerados como de menor renda pelo IBGE, há também menor número de famílias beneficiárias e, igualmente, para alguns setores de maior renda, maior número de beneficiários. Em “PBF>IBGE” é possível visualizar que certos setores com menor renda possuem maior número de famílias beneficiárias. Por último, “PBF<IBGE” corresponde aos setores censitários com maior renda e que detêm menor número de famílias beneficiárias pelo PBF.

Figura 3 - Mapa temático da sobreposição entre o número de famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família e a renda média da

Tabela I - Contribuições relativas das dimensões 1 e 2 sobre os perfis de linha (Níveis do número de beneficiários do PBF).

Níveis do nº de beneficiários

do PBF	Dim 1	Dim 2
nbPBF,1	0,7310	0,2614
nbPBF,2	0,9085	0,0661
nbPBF,3	0,0156	0,7498
nbPBF,4	0,6785	0,0351
nbPBF,5	0,6091	0,3388

“nbPBF,1” e “nbPBF,5” representam os níveis de menor e maior número de beneficiários do PBF, respectivamente, enquanto “nbPBF,2”, “nbPBF,3” e “nbPBF,4” representam os níveis intermediários.

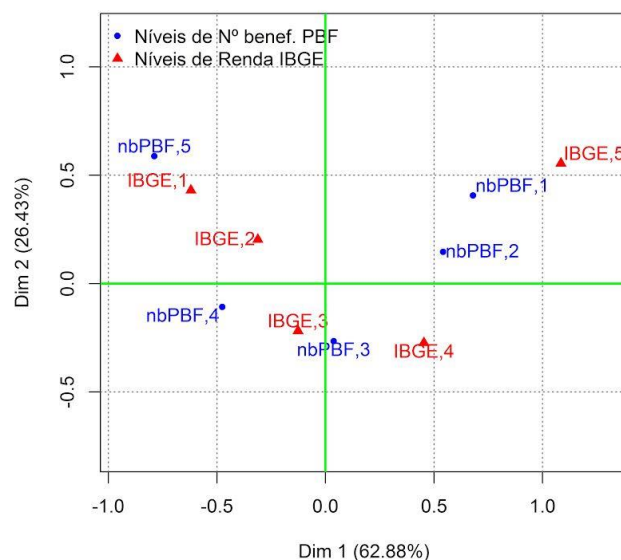
Tabela II - Contribuições relativas das dimensões 1 e 2 sobre os perfis de coluna (Níveis da renda média segundo o IBGE).

Níveis da renda média IBGE	Dim 1	Dim 2
IBGE,1	0,6738	0,3251
IBGE,2	0,5581	0,2371
IBGE,3	0,1691	0,5045
IBGE,4	0,5911	0,2150
IBGE,5	0,7728	0,2020

“IBGE,1” e “IBGE, 5” representam os níveis de menor e maior renda no município, e “IBGE,2”, “IBGE,3” e “IBGE,4”, os níveis de valores intermediários.

A Figura 4 mostra associação entre os setores censitários, cuja renda média pelo IBGE está entre os 10% de menor renda e o número de beneficiários do PBF entre os 10% maiores e, de forma semelhante, associação entre os setores censitários com renda média pelo IBGE entre os 10% maiores e o número de beneficiários entre os 10% menores. Há associação entre os níveis intermediários de renda média pelo IBGE com os níveis, também intermediários, do número de beneficiários do PBF.

Figura 4 – Mapa de correspondência entre os níveis do número de beneficiários do Programa Bolsa Família e os níveis da renda média da população, segundo o IBGE, por setor censitário, Ouro Preto.



4. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo, refletidos pelo P90, apontam para uma distribuição periférica da maioria das famílias beneficiárias pelo PBF, tanto na zona urbana, como na rural, e ilustram o processo de periferização da pobreza nas cidades descrito por VÉRAS (2010), CUNHA (2011) e VIANNA e OLIVEIRA (2011).

Segundo o mapa temático de número 2, a maior parte dos setores censitários de baixa renda concentra-se na região rural e em dois setores geograficamente mais afastados na área urbana. A sobreposição desse mapa ao do número de famílias beneficiárias pelo PBF mostra coincidência da maior parte das áreas, sugerindo boa cobertura do Programa. Esse resultado é reforçado pela AC, a qual confirma que os setores censitários de menor renda correspondem àqueles com maior número de beneficiários, e vice-versa, indo ao encontro da estratégia de focalização nas famílias mais pobres em que se baseia o PBF (ROCHA, 2011; BRASIL, 2016).

O resultado “PBF=IBGE” traz outra discussão, pois sugere a não abrangência do PBF às famílias mais pobres, residentes em setores censitários de maior renda. Isto se deve, talvez, pela ausência de busca ativa nessas regiões, ou pela inclusão no CadÚnico não implicar no recebimento imediato do benefício, gerando uma fila de espera. Faz-se necessária a disponibilidade de acesso à informação nesses casos, pois na medida em que as

famílias deixam de necessitar do benefício, seja pelas “Portas de Saída” do Programa ou por uma segunda via, outras pessoas cadastradas são contempladas (BRASIL, 2015; 2016).

É interessante destacar que, embora o PBF pareça apresentar boa cobertura local, o número de 2.910 famílias beneficiárias pode estar aquém do total de famílias em situação de marginalidade socioeconômica no município. Sabendo que a baixa ou inexistência de renda ameaça o bem-estar das pessoas, é essencial aos gestores locais assumirem um olhar mais cuidadoso e disporem de ferramentas que orientem na busca ativa dessas famílias, bem como na promoção de mudanças para combater os quadros de fome e miséria (POMPEU, 2011; REGO e PINZANI, 2014).

Outra análise acerca desse resultado deve ser considerada, visto que alguns setores censitários do município pertencem a regiões de intenso turismo e outros estão nas áreas de atividades de indústrias mineradoras, o que contribui para o aumento da renda média nesses setores. Além disso, regiões outrora desvalorizadas assumiram maior valor imobiliário com o passar dos anos, no entanto, conservaram moradores antigos e de estratos de rendas mais baixos. Para Barata (2015), as cidades são assinaladas pelas divergências sociais caracterizadas pela segregação socioespacial, porém riqueza e extrema pobreza podem coabitar bem próximas uma da outra.

Acelerado e caótico, o processo de urbanização cria conglomerados de segregação social, normalmente periféricos (VIANNA e OLIVEIRA, 2011; BARATA, 2015), como foi observado na região estudada, onde o território mostra-se majoritariamente subdividido, conforme os estratos de renda. Assim, o emprego do geoprocessamento de dados na análise do espaço geográfico das cidades, sob a perspectiva das injustiças sociais, mostrou-se fundamental no diagnóstico das populações vulneráveis.

Os resultados deste estudo, ao identificarem os setores censitários de risco social no município, a partir de informações atuais sobre a situação de pobreza e local de moradia das famílias beneficiárias pelo PBF, levam a uma reflexão sobre as condições de vida dessas populações e possibilitam nortear estratégias voltadas para melhorias desse quadro. De acordo com Vêras (2010), a segregação socioespacial normalmente

vem acompanhada por uma baixa qualidade de vida, o que faz com que o espaço geográfico adquira, adicionalmente, uma atribuição social.

Por fim, os achados pretendem chamar a atenção do poder público municipal às famílias residentes em regiões de desigualdade e segregadas espacialmente, de modo a intervir nas várias condições adversas de vida coadjuvantes à situação de pobreza em que vivem, e na efetiva cobertura do PBF pelos municípios, cumprindo assim com as obrigações inerentes aos direitos humanos de cada cidadão.

5. REFERÊNCIAS

BARATA, R. B. **Saúde nas grandes metrópoles e populações socialmente vulneráveis**. Rev. USP – Dossiê Saúde Urbana, n.107, Out/Nov/Dez, 2015. p.27-42.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/574778.pdf>. Acesso em Agosto de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2004b. Disponível em: [/www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm). Acesso em Agosto de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/bolsa-familia/beneficios>. Acesso em Agosto de 2016.

BUSSAB, W. O; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, 548 p.

CARVALHO, M. S; SANTOS, R. S. **Análise de dados espaciais em saúde pública: métodos, problemas, perspectivas**. Caderno de Saúde

Pública, v. 21, n. 2, Mar/Abr, 2005. p. 361-378.

CUNHA, J. M. P. **Mobilidade Espacial da População e Vulnerabilidade à Pobreza na Região Metropolitana de Campinas no Final da Década de 2000**. XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Rio de Janeiro, Maio de 2011. p.117-139.

INFANTOSI, A. F. C.; COSTA, J. C. G. D.; ALMEIDA, R. M. V. R. **Análise de Correspondência: bases teóricas na interpretação de dados categóricos em Ciências da Saúde**. Cad. Saúde Pública, v. 30, n. 3, 2014. p. 473-486.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos demográficos. Agregados por setores censitários dos resultados de universo**. 2 ed., Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_agregado.shtm. Acesso em Junho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeto SIRGAS. Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/sirgas/principal.htm>. Acesso em Maio de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010. Ouro Preto, Minas Gerais. Informações completas**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314610>. Acesso em Maio de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL (ONU BRASIL). **Crescimento da renda dos 20% mais pobres ajudou o Brasil a sair do mapa da fome, diz ONU**. Brasil, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/crescimento-da-renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-a-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu/>. Acesso em Janeiro de 2016.

PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN J. **The Zero Hunger and Brazil without Extreme Poverty**

programs: a step forward in Brazilian social protection policy. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, v. 19, n. 11, 2014. p. 4351- 4360.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2016 – “Desenvolvimento Humano para Todos”**. Estocolmo, Suécia, 2016. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/id/h0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html#2016>. Acesso em Março de 2017. 201 p.

POMPEU, J. C. B. **O Problema da Pobreza**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2011. 202 p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8505>. Acesso em Julho de 2016.

RANGEL, A. P. S. **Aspectos da Demografia escrava em Vila Rica – 1755-1815**. Laboratório de Histórica Econômica e Social. Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 2005. 14 p.

R CORE TEAM. R: **A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing Vienna, Áustria, 2014. Disponível em: www.R-project.org. Acesso em Maio de 2016.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2014.

ROCHA, S. **O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza**. Rev. Economia e Sociedade, v. 20, n.1, 2011. p. 113-139.

SANTOS, L. N.; MOTA, A. M. A.; SILVA, M. V. O. **A Dimensão Subjetiva da Subcidadania: Considerações Sobre a Desigualdade Social Brasileira**. Rev. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. 3, 2013. p. 700-715.

VÉRAS, M. P. B. **Cidade, vulnerabilidade e território**. Rev. de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 7, 2010. Disponível em:

www.revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula.
Acesso em Maio de 2016. p. 32-48.

VIANNA, P. V. C; OLIVEIRA, J. **Saúde e Cidade: Possibilidades e Limites de Transformação Urbana nas Propostas da Saúde Coletiva**. XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Rio de Janeiro, Maio de 2011.